

**NIEP
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
A questão do Estado e as lutas de classes em “O capital financeiro” de Hilferding ¹			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Thiago Fernandes Franco ²	Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	Doutorando
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
O objetivo deste texto é propor uma leitura não-economicista de O Capital Financeiro, centrando a atenção à quinta parte do livro, na qual Hilferding empreende a análise histórica que apresenta como seu objetivo desde o subtítulo - “análise da etapa mais recente do capitalismo”. Segundo o argumento que procuramos defender, Hilferding apresenta idéias importantes para a compreensão do Estado e das Lutas de Classes nas sociedades capitalistas à partir de uma análise dialética do período ao qual se dedica, nos oferecendo elementos para a constituição de uma narrativa histórica à partir da hegemonia do capital financeiro imperialista. Portanto, para nós, a crítica da sociedade capitalista à partir de O Capital Financeiro não pode ser empreendida somente em termos econômicos – e/ou jurídicos – mas, sim, à partir da crítica radical ao capitalismo, no qual o Capital e o Estado são dois dos principais pilares de sustentação.			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Hilferding; Capital Financeiro; Estado			
ABSTRACT			
The objective of this article is to propose a non-economicist reading of Capital, focusing on the fifth part of the book, on which Hilferding undertakes the historical analysis he presents as his objective since his subtitle - "A Study of the Latest Phase of Capitalist Development". According to the argument we intend to defend, Hilferding presents ideas important for the comprehension of State and Class Conflict in capitalist societies from a dialectical analysis of the period to which he is dedicated, offering us elements for the constitution of a historical narrative of the hegemony of imperialist finance capital. Therefore, for us, the critique of capitalist society parting from "Finance Capital" cannot be undertaken only on economic terms - neither and/only on juridical terms - but, actually, from a radical critique of capitalism, of which Capital and State are two of the the main pillars.			
KEYWORDS			
Hilferding; Finance Capital; State			
EIXO TEMÁTICO			
Marx, o marxismo e o Estado			

1 Este texto faz parte de um esforço coletivo que busca resgatar de forma crítica a contribuição teórica da principal obra de Rudolf Hilferding, não apenas no que tange às suas contribuições econômicas, mas também históricas e políticas. Agradeço aos companheiros Leandro Ramos Pereira e Gabriela F.F. Murua pelas críticas e contribuições.

2 Thiago Fernandes Franco é bacharel em Ciência Política e Sociologia (Unicamp) e em Relações Internacionais (Facamp); mestre e doutorando em História Econômica (IE/UNICAMP). Email: thiagoffranco@yahoo.com.br

1. Considerações iniciais.

Um ano após a publicação de *O Capital Financeiro*, dois dos mais influentes e respeitados intelectuais do marxismo internacional à época – Otto Bauer e Karl Kautsky – haviam apontado o livro de Hilferding como uma das mais importantes obras marxistas desde Marx e Engels. Mais do que isso, ambos os autores apontaram *O Capital Financeiro* como uma continuação de *O Capital* – a mais importante contribuição marxista para a compreensão do capitalismo. Hoje, restam poucas dúvidas acerca da enorme influência que esta obra provocou na história do marxismo e, mesmo à época, seu reconhecimento foi praticamente unânime – sobretudo nas alas mais “radicais”, empenhadas que estavam na luta contra o reformismo de Bernstein³. Não nos restam dúvidas de que a análise cuidadosa das contribuições de Hilferding sobre o entendimento das relações sociais capitalistas pode trazer muita luz sobre o assim chamado capitalismo contemporâneo – conforme procuramos demonstrar nos outros trabalhos que apresentamos nessa mesa. Para tanto, nos parece que devemos refletir um pouco mais sobre a própria “natureza” da obra, de modo a que possamos colocá-la nos marcos das discussões sobre o capitalismo em geral, ou seja, o capitalismo em qualquer lugar e em qualquer época.

Devemos partir do fato de que o *O Capital Financeiro*, texto cuja potência teórica é incontestável, não é somente um texto de estudo, mas uma obra de intervenção e diálogo direto com aqueles que se colocavam então na luta anticapitalista. É uma obra escrita para a luta anticapitalista daquele momento, uma vez que – como o próprio autor aponta desde o subtítulo – *O Capital Financeiro* tem por objetivo principal a apresentação de “uma análise da etapa mais recente do capitalismo”⁴, partindo de um método muito parecido ao que Marx utiliza em *O Capital* – razão pela qual surgiram os comentários com os quais abrimos este texto.

Não nos parece haver dúvida de que todo trabalho que se pretende pautar pelo materialismo histórico deve procurar estabelecer um diálogo entre as características gerais e as características particulares do modo de produção capitalista **com vistas à sua superação**⁵. Entretanto, enquanto a obra de Marx se pretendeu uma “crítica da economia política” e, portanto, teve por objetivo primário desmascarar as ideologias do modo de pensamento burguês – com as quais dialoga diretamente – para – a partir dessa crítica – procurar desvelar os movimentos contidos nas leis gerais de reprodução total do modo de produção capitalista; o livro de Hilferding dialoga

³ SMALDONE, p. 40. Não deixa de ser notável a afirmação do biógrafo de que, mesmo sendo resultado do trabalho de um representante solidamente postado na facção centrista da social democracia “Indo além da análise reformista do imperialismo desenvolvida pelo economista político liberal reformista John A. Hobson, e levando à frente os trabalhos marxistas contemporâneos, o estudo de Hilferding sobre o capitalismo representou o ponto de partida para todas as futuras análises radicais do imperialismo e do desenvolvimento capitalista”. A nós, nos parece que mesmo em nossos dias a interpretação das teses de Hilferding é decisiva para o posicionamento político frente às questões centrais do capitalismo. Aqueles que tendem a enfatizar a dominância, a preponderância ou a supremacia do elemento monetário do capital financeiro – e que, portanto, tendem a destacar o caráter “especulativo” do capitalismo contemporâneo como se estivesse separado ou “autonomizado” da “produção” – tendem a apresentar visões hobsonianas acerca do parasitismo dos financistas; ao passo que aqueles que compreendem o capital financeiro enquanto síntese entre as formas parciais – corroborados pelos principais exemplos históricos elencados pelo autor, quais sejam as ferrovias e demais grandes obras infra-estruturais; além de outras formas de **monopólios** – tendem a rejeitar as possibilidades de reforma do sistema financeiro enquanto projeto político, e se aproximam da leitura leninista acerca do caráter parasitário do capital em geral e da necessidade da revolução socialista.

⁴ Conforme Leandro Pereira discute no texto apresentado nesta banca.

⁵ Para uma rica leitura dos dilemas contemporâneos do materialismo histórico crítico, sugerimos a leitura de Ellen Wood, em “Democracia contra Capitalismo”.

diretamente com as categorias marxianas e tem como objetivo direto uma “atualização” destas de acordo com as características “mais recentes”, ou, como o autor se refere no prefácio, mais “modernas”⁶. Em Hilferding, portanto, o diálogo com os “economistas vulgares”, ou “pequeno-burgueses” se dá de forma indireta, via Marx. Além disso, temos que considerar que, diferentemente de Marx, Hilferding pôde – inclusive porque escreveu num momento posterior – partindo da análise marxiana, analisar o modo de produção capitalista **em seu desenvolvimento histórico**, no qual algumas das tendências já apontadas por Marx já haviam se tornado mais cristalinas e “novas” contradições se faziam notar.

Mas para os fins desse pequeno trabalho devemos destacar que, embora nas palavras do próprio Hilferding, sua obra tenha por objetivo “compreender cientificamente as manifestações econômicas da evolução recente do capitalismo”⁷, entendemos que essa ênfase nessas manifestações ditas “econômicas” não se devem a um suposto “economicismo”, mas somente à percepção de que **no modo de produção capitalista** as relações “econômicas” podem ser apreendidas enquanto nexos estruturantes das relações sociais – que estão para além da “esfera econômica”. Neste sentido, a própria semelhança metodológica de *O Capital Financeiro* em relação a *O Capital* – considerado muitas vezes como um livro de economia – possibilita que – numa leitura apressada – se entenda a obra de Hilferding como “economicista”. *O Capital* não é, estrito senso, um livro de Economia. É, pelo contrário, um livro **contra** a Economia Política. Nos parece que o mesmo pode ser afirmado quanto a *O Capital Financeiro*. Entretanto, uma vez que o método de ambos os autores – diretamente em Marx, indiretamente em Hilferding – consiste na “crítica da economia política” – ou seja, a crítica de uma ideologia burguesa segundo a qual as categorias econômicas subsistem com autonomia frente às demais – não é de se espantar que as categorias “econômicas” tenham grande relevo ao longo do argumento. Mas como sabemos, o método do materialismo histórico não pode corroborar com esse fetiche, posto que busca uma análise totalizante e dialética dos fenômenos históricos. Para nós, nem é economicista *O Capital*, nem tampouco é economicista *O Capital Financeiro*.

Quanto ao trabalho de Hilferding, pensamos ainda que o próprio recorte temporal – “a etapa mais recente” – nos permite transcender a esfera econômica em busca de outros elementos que se transformaram simultaneamente à concentração e à centralização do capital nesses processos de monopolização – tidos por “econômicos” – descritos pelo autor naquela virada do século XIX para o XX. Assim, podemos observar amplas transformações que se assumem “jurídicas”⁸ ou “políticas”⁹; para ficarmos em apenas mais dois exemplos de como se apresentam – reiteramos, a partir de uma concepção não-dialética de conhecimento – aparentemente separadas as transformações que podem ser entendidas como expressões das mesmas forças. Porque, a partir dessa concepção não-positivista, para muito além da “esfera econômica”, naquele período se gestaram mudanças estruturais profundas que afetaram o destino de grande parte do planeta na

⁶ HILFERDING, p. 9. Todas as citações à *O Capital Financeiro* são traduções a partir da tradução para o espanhol citada na bibliografia. Procuramos sempre que necessário cotejá-la com a tradução inglesa disponível no sítio marxists.org e com a tradução brasileira da coleção *Os Economistas*.

⁷ Mesma página 9

⁸ Por exemplo as transformações das leis que regulamentam e garantem a propriedade privada dos meios de produção nas sociedades por ações.

⁹ Por exemplo na conformação de Estados imperialistas (interna e externamente).

constituição histórica de um modo de produção, outrora restrito, que, desde então, se expandiu a uma velocidade espantosa, alterando radical e violentamente a vida de milhões de pessoas ao redor do mundo.

O que procuraremos neste trabalho é apontar para alguns dos elementos dessas transformações que podem ser encontrados – mesmo que de forma latente – no livro *O Capital Financeiro* e tentar extrair delas as implicações que nos ajudem a reconstituir a narrativa histórica desses pouco mais de cem anos que nos separam da sua publicação. Nosso objetivo principal aqui será reconstituir brevemente os elementos que Hilferding comenta sobre o desenvolvimento do Estado e das Lutas de Classes naquela então “mais recente etapa” do capitalismo com a hipótese de que aquelas alterações tiveram uma grande participação nessa expansão do modo de produção capitalista ao longo desse século ao qual nos referimos. A reconstituição da narrativa histórica do capitalismo que procure articular essas diversas esferas da existência – “econômica”; “jurídica”; “política” *etc* – exige outro tipo de procedimento, que deve ser empreendido noutro momento.

2. O Estado e as Lutas de Classes em “O Capital Financeiro”.

É relativamente consensual que, em 1910, as concepções sobre o Estado no campo teórico do marxismo – que já contava com trabalhos importantes como “A origem da família da propriedade privada e do Estado”, de Engels; e “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”, de Marx – ainda eram muito proeminentes. Trabalhos importantes propostos por marxistas do gabarito de Lenin, Gramsci, Miliband, Poulantzas e Jessop – hoje clássicos – ainda tardariam muito para fazer avançar as interpretações que Engels e Marx haviam formulado de maneira relativamente esparsa até então. Certamente “O Capital Financeiro” não destoa desse panorama. Do contrário, como já sugerimos na introdução, Hilferding empreendeu sua teoria a partir dos passos metodológicos que Marx havia desenvolvido em *O Capital*, relativamente atrelado – pelo próprio método, que visa desvelá-los – aos fetiches de um modo de ver o mundo burguês no qual supostamente se autonomizaria a esfera da “economia”. Hilferding, portanto, não desenvolveu uma teoria marxista do Estado¹⁰. Contudo, como também sugerimos na introdução, especialmente pelo corte temporal – “a etapa mais recente do capitalismo” – de *O Capital Financeiro*, este não se restringe à análise de uma esfera da existência – a “economia” – mas procura reconstituir os elementos de um **período** em que o modo de produção capitalista se transformou para muito além das formas de capital. Nesta tentativa de reconstituição do período, sobretudo na seção final, consagrada diretamente à análise da conjuntura, pensamos que Hilferding, mesmo sem desenvolvê-la teoricamente, apresenta ideias que podem ser muito frutíferas para o entendimento do Estado no modo de produção capitalista.

Nesta seção procuraremos reconstituir alguns dos elementos apontados por Hilferding que julgamos pertinentes para essa compreensão. Para tanto, procuraremos concentrar nossas atenções na parte V, que contém os capítulos de XXI a XXV¹¹. Procuraremos demonstrar que, assim como a sua tese geral sobre o capital financeiro pode, em suas linhas gerais – enquanto modelo abstrato a ser dialeticamente contrastado com os casos concretos – fornecer elementos explicativos da

¹⁰ Não pretendemos aqui argumentar em favor da visão de Hilferding sobre o Estado, mas apontar os elementos presentes no livro *O Capital Financeiro*. Temos razões, inclusive, para considerar que Hilferding comungou em determinados momentos com uma visão tosca acerca do Estado, conforme nos parece evidente no texto “State Capitalism or Totalitarian State Economy”, de 1940.

¹¹ Assim, nos contrapomos a uma grande parte das interpretações sobre este autor que julgam essas passagens “históricas” datadas e circunscritas ao caso alemão.

dinâmica capitalista em geral – e não somente para o caso alemão – algumas das idéias contidas nessa última e fundamental parte do livro – que é precisamente aquela na qual o autor vai realizar a sua “análise da etapa mais recente do capitalismo” – podem nos ajudar no entendimento sobre a relação entre as diversas esferas da realidade – “economia”, “direito”, “política”, “sociedade” – no modo de produção capitalista desde então.

Depois de empreender um cuidadoso – ainda que possivelmente equivocado¹² – estudo sobre o dinheiro e o crédito (primeira parte); sobre a mobilização do capital e do capital fictício (segunda parte); sobre a definição de capital financeiro que limita [ainda mais] a livre concorrência (terceira parte); e sobre a relação entre o capital financeiro e as crises (quarta parte); Hilferding se dedicou à política econômica do capital financeiro (quinta parte). Como sugerimos, nessa parte podemos encontrar aquelas que julgamos algumas das suas potencialmente mais interessantes contribuições para a compreensão do capitalismo em seu desenvolvimento histórico a partir da constituição da preponderância do capital financeiro enquanto nexos de articulação das relações humanas na expansão do capitalismo pelo mundo¹³. Nesta parte, Hilferding começa por observar que

o capital financeiro significa a unificação [uniformização] do capital. Os setores do capital (industrial, comercial e bancário) antes separados, agora se encontram sob a direção comum da alta finança, na qual estão vinculados *pessoalmente* os senhores da indústria e dos Bancos. A base dessa associação é a eliminação da livre-concorrência do capitalista individual pelas grandes uniões monopolísticas. Isso implica, naturalmente, inclusive em uma *mudança da natureza da relação da classe capitalista com o poder do Estado* . (p. 337. grifos nossos)

Gostaríamos de ressaltar, primeiramente, o impacto que a unificação¹⁴ – que é também a uniformização, ou seja, a assunção de uma mesma forma – entre as formas parciais do capital – conforme vimos no texto do Leandro. Mais do que isso, Hilferding aponta para a união **pessoal** dos “senhores de indústria” com os “senhores dos bancos” indicando, a nosso ver, a possibilidade de conformação de outra classe social, cuja expressão advém dessa síntese entre as anteriores. Neste parágrafo, Hilferding destaca especificamente o vínculo entre indústria e banco, mas em diversas outras passagens ele aponta para a unificação também com a aristocracia agrária e militar¹⁵. O que nos interessa aqui sobremaneira é a afirmação de que essas mudanças todas que ele descreve ao longo do livro implicam, “naturalmente, inclusive em uma *mudança da natureza da relação da classe capitalista com o poder do Estado* ” [grifos nossos]. Ou seja, tanto as classes capitalistas elas mesmas, quanto em sua relação com o Estado, segundo Hilferding, modificaram-se substantivamente ao longo desse período. Do nosso ponto de vista, cremos ter razões para argumentar que o Estado ele mesmo também se modificou, conforme procuraremos argumentar.

Porque para Hilferding – na sequência do capítulo XXI – contra a concepção mercantilista

¹² Ele sofre essa acusação de muitos lados. O texto do Leandro aborda esse problema.

¹³ Assim como foi necessária uma longuíssima repressão aos trabalhadores com o intuito de compeli-los ao trabalho fabril (conforme Marx explana no famoso capítulo XXIV de O Capital); não fossem as armas dos Estados Imperialistas o modo de produção capitalista jamais – por livre e espontânea vontade das partes envolvidas – teria atravessado o Canal da Mancha em direção ao continente para, daí, dominar os mais diversos modos de produção da vida submetendo-os à sua lógica de valorização. Não passa de uma ideologia liberal a crença de que o capitalismo faz-se a si mesmo por meio da racionalidade com fins ao lucro por parte de seus agentes. A história do capitalismo é uma história de imposição e violência; na qual o Estado cumpre uma função primordial.

¹⁴ As traduções para espanhol adotam “unificación”, bem como as inglesas adotam “unification”; a brasileira adota “uniformização”.

¹⁵ Trabalhamos com essa perspectiva em nossa dissertação de mestrado, citada na bibliografia.

de Estado baseado nos monopólios reais que caracterizava o período anterior à ascensão da burguesia enquanto classe social importante, esta constituiu uma visão de mundo (*Weltanschauung*) liberal segundo a qual os grandes monopólios comerciais que permaneciam atrelados ao prestígio da nobreza deveriam ser substituídos por uma nova forma – consolidada por novas concepções jurídicas – capaz de garantir a competição e a igualdade de oportunidades, conforme desenvolvido por filósofos ligados a essa visão de mundo – como John Locke e David Hume – que refletiam os interesses incipientes da manufatura e das fábricas capitalistas **contra** o poder centralizado do Estado. O nascimento social da burguesia, portanto, se deu com o objetivo de garantir a liberdade no plano individual tanto quanto na livre-competição econômica. No plano das idéias, aparece a Economia Política – e é por isso que na crítica da dominação burguesa Marx parte da crítica a esse modo de apreensão da realidade – como se fosse antagônica ao Mercantilismo que a precedeu enquanto visão de mundo predominante entre os homens de Estado e os principais capitalistas.

É importante que notemos que a burguesia – termo que tem origem nos burgos, ou seja, nas cidades, ligadas às pequenas produções e ao comércio de curta distância – é uma classe social não imediatamente idêntica aos “capitalistas” – que são os “proprietários dos meios sociais de produção”. Do ponto de vista histórico, inclusive, o termo capitalista é muito mais ligado aos grandes comerciantes de longa distância e grandes proprietários de capital – em sua maioria nobre [portanto, não burguesa]. É com a constituição do capital financeiro enquanto força dominante que se ligam ao mesmo tempo as formas parciais abstratas de associação do capital – tema do trabalho do Leandro – com as associações de classes que Hilferding indica nesse parágrafo inicial.

E aqui, de maneira contrária ao argumento segundo o qual Hilferding se atém em demasia ao caso alemão, as páginas que seguem do texto nos dão uma interessante amostra das especificidades das teorias do livre comércio na Inglaterra em relação íntima com a dinâmica específica da sociedade britânica.

Onde, como na Inglaterra, a luta pela liberdade econômica triunfou em um tempo em que ainda não se havia consolidado a concepção moderna de ciência, o liberalismo não a incorpora à sua concepção de mundo; a transformação revolucionária de todas as concepções morais e religiosas, tal como se desenvolveram no liberalismo francês, jamais fizeram parte da consciência coletiva do povo da Inglaterra, ainda que, do contrário, o liberalismo econômico tenha se imposto na Inglaterra com maior força do que em qualquer outra parte do continente. (p. 338)

Mas – e este ponto nos interessa mais – ainda que tenha sido na Inglaterra onde foram mais longe as concepções liberais sobre o comércio, mesmo ali não se deu a vitória completa do *laissez-faire*¹⁶. Mesmo os liberais britânicos tidos como os mais descompromissados advogados da liberdade comercial¹⁷ não conseguiram e/ou quiseram implementar uma ordem estritamente liberal. Mesmo no auge do liberalismo britânico, foram criadas diversas formas de manter o setor bancário enquanto exceção; e uma série de medidas protecionistas foi estabelecida tão logo quanto necessário, a despeito de todo o discurso em seu contrário. Antes de significar apenas contradições de um discurso hipócrita, ao nosso juízo, essas questões representam uma série de contradições na própria sociedade britânica, em que a City jamais perdeu poder e mesmo a nobreza conseguiu manter um prestígio e um poder tão elevados que ainda hoje a monarquia se mantém por lá.

¹⁶ Mesma página.

¹⁷ Essa feliz expressão é apresentada e desmentida por Michael Perelman em “The invention of capitalism: Classical Political Economy and the secret history of primitive accumulation”.

E porque percebe que o capitalismo enquanto modo de produção da vida se expandiu a partir do Império Britânico para o continente europeu e depois para o resto do mundo, Hilferding empreende uma sofisticada argumentação sobre a questão das solidariedades de interesse das classes sociais e do Estado na Inglaterra e nos demais países no continente¹⁸.

Portanto, precisamos entender como se deram essas alterações do Estado apontadas por Hilferding tendo em mente a dinâmica da luta de classes britânica, também pelo plano discursivo, mas, sobretudo, pautando-nos nos interesses materiais em jogo. E é nesse contexto que devemos compreender a ascensão da burguesia por meio da supremacia industrial que está por detrás da assim chamada Escola de Manchester, que reclamava pela liberalização do comércio de produtos industriais. As alterações do discurso político dos britânicos nesse momento, não se deve senão aos desequilíbrios causados por toda uma série de mudanças ligadas a essa supremacia industrial, como por exemplo a concentração geográfica e a urbanização. O fato é que, do ponto de vista retrospectivo, e global, podemos perceber claramente que “a vantagem industrial da Inglaterra aumentou seu interesse pelo livre-comércio, como antes a vantagem do desenvolvimento capitalista da Holanda havia permitido a esse país adotar uma política de livre-comércio” (p. 338)¹⁹.

O sistema de protecionismo baseado nos monopólios da nobreza junto ao Estado acabava por encarecer a importação de cereais. Quando ocorriam boas colheitas – que tornavam as importações desnecessárias – não se manifestava um grande problema. Mas as boas colheitas eram muito raras. No geral, as constantes más colheitas aumentavam muito o preço dos alimentos e impunham periodicamente “preços de fome”. E como os preços dos cereais eram o componente mais importante do “preço do trabalho”, os industriais também eram muito prejudicados, porque o custo do trabalho vivo – devido à baixa composição orgânica do capital – era um componente muito importante dos custos industriais totais (mesma página). Por outro lado, mesmo os latifundiários não eram de todo beneficiados com o protecionismo, porque embora eles mantivessem suas “reservas de mercado”, esse processo estreitava muito a base monetária britânica, o que lhes era amplamente desfavorável, de modo que, para eles, havia vantagens e desvantagens na manutenção dessa situação. Assim, a ascensão da burguesia industrial – motivada pelos ganhos de produtividade evidentemente atrelados a alterações profundas na base social – provocou uma nova situação, que exigia uma nova postura do Estado. Fazia-se necessário para tanto uma nova forma de articulação de interesses quanto uma nova mentalidade que desse conta de contemplar minimamente os interesses mais gerais. Em palavras contemporâneas, era preciso estabelecer uma nova hegemonia. **Nesse momento**, a função caberia aos industriais (burgueses).

Como os industriais ingleses não temiam a competição externa contra seus produtos – posto que eles eram muito superiores tanto técnica quanto economicamente – eles lideraram – por meio

¹⁸ Essa análise nos parece fazer ainda mais sentido quando pensamos em termos do conceito de hegemonia posteriormente desenvolvido pelos marxistas. Não poderemos explorar aqui todas as implicações dessa abordagem, mas indicamos que desejamos fazê-lo em trabalhos posteriores. Por hora, gostaríamos de deixar anotado que não se trata meramente de afinidades ideológicas. Como Marx e Engels insistiram desde a Ideologia Alemã, não existe idéia que se sustente socialmente sem uma base material correspondente a ela.

¹⁹ Nas palavras de Hilferding, “no interior, o desdobramento da indústria e o aumento da população e da concentração nas cidades criaram problemas para o abastecimento da produção agrícola. Em consequência, o preço dos cereais estava comprometido pelos custos muito elevados dos transportes antes da revolução pela qual o setor iria posteriormente passar, bem como o aumento de eficácia que ocorreria no sistema de tributação” (p.338).

da Câmara dos Comuns, na qual se instalavam grande parte dos seus representantes – um vasto processo de constituição de um sistema de promoção do livre-comércio, calcado nessa concepção burguesa de Estado a que Hilferding se refere (proteção dos negócios e proteção do indivíduo contra o Estado absolutista e os grandes monopólios concedidos pelos monarcas), ao que se aliaram a eles as classes trabalhadoras. Mas restava ainda a força da aristocracia agrária, que não por acaso, durante este período, passaria a arrendar sistematicamente suas terras e viver pautada num sistema para longe de liberalizado que era o setor bancário comandado fortemente pelo Banco da Inglaterra. A City, portanto, que já era crucial para a articulação dos interesses britânicos, assume uma força ainda maior neste período enquanto um refúgio para uma classe que perdia dinamismo econômico, mas ainda tinha muito patrimônio e muitas ligações com o Estado, tanto em sua face civil quanto militar. Mesmo porque todo esse arranjo foi feito ainda num momento colonial, em que o capital mercantil era fortíssimo e os serviços financeiros – sobretudo seguro e frete – eram a cada dia mais importantes. A própria empreitada desse imperialismo do livre-comércio seria extremamente carente de um conjunto de novas monopolizações que seriam então empreendidas pela própria dinâmica do capital financeiro e o prestígio e o poder político-econômico dessa elite enclausurada na City são alguns dos principais motivos pelos quais por tanto tempo grande parte dos cronistas desse momento afirmaram que os interesses do império correspondiam quase que exclusivamente aos interesses dessa elite.

Por outro lado, esta mesma estrutura se beneficiaria do fato de que, do ponto de vista dos países do continente, a dinâmica era invertida. Enquanto ali os industriais – ainda muito incipientes – eram o setor contrário ao livre-comércio, os produtores de matérias primas – latifundiários ligados às nobrezas e, portanto, muito influentes em seus respectivos Estados – eram favoráveis, gerando uma espécie de complementaridade que fundamentou grande parte daquilo que se convencionou chamar de *Pax Britannica*. Mas em seu desenvolvimento dialético, quanto mais avançava, mais essa dinâmica se transformava em seu oposto. O componente decisivo neste momento seria, sem dúvida, o aumento da exportação de capitais – que Hilferding procura explicar nos capítulos XXI e XXII.

As exportações de capitais britânicos para outros países então periféricos – naquele momento, sobretudo os Estados Unidos e a Alemanha – iriam modificar radicalmente este pacto. Já exportado por meio de associações – em que os setores de infraestrutura mais uma vez assumiram preponderância devido, entre outras coisas, à escala e à necessária participação do Estado – o capital exportado começou a criar tensões entre os nativos desses países receptores. Com o forte apoio das elites desses países receptores, que tinham por objetivo menos ou mais consciente “desenvolver” suas próprias “forças produtivas”, foi-se dando, por meio da concorrência capitalista e por meio de amplo apoio estatal, um agigantamento da monopolização do capital de modo a criar corporações que passaram a ter destaque tanto na economia quanto na política desses países. Assim, essas empresas que se formam na periferia – reiteramos: neste momento, sobretudo nos Estados Unidos e na Alemanha – passam a pressionar seus respectivos Estados **contra** o livre-comércio que, neste momento, passava a ser um estorvo à sua própria acumulação. Acontece que o grau de solidariedade (interesses concretos, mais do que “ideologia”) entre os capitalistas nesse modo de articulação é muito mais elevado. Enquanto o vínculo de um vendedor de mercadorias se encerra ao final da transação – e o fato óbvio de que manter a relação é importante para a manutenção do comércio é secundário – na exportação de capital o sucesso desse empreendimento passa a ser

fundamental para aquele que lhe emprestou o capital, porque o fiador se liga ao credor de modo muito mais profundo que o vendedor se liga ao comprador. Sendo assim, começa a haver uma alteração substantiva do jogo político de modo a que aos capitalistas britânicos que exportaram seu capital para a Alemanha e para os Estados Unidos, o livre-comércio deixa de ser tão interessante. Do contrário, passa a ser muito mais interessante a defesa do mercado da indústria que contraiu o empréstimo, de modo que, não mais pautado pelo lucro comercial, este capital exportado em forma de investimento passa a se interessar por outras formas de remuneração do capital, como remessas de lucro e juros. Em ambos os casos, o que hoje se convencionou chamar de “saúde” da empresa que contraiu o empréstimo é fundamental e a solidariedade passa a ser estabelecida entre o exportador de capital e a elite do país receptor, pois ambos passam a se beneficiar do protecionismo, em que o Estado receptor, evidentemente interessado no “desenvolvimento”, expressa e materializa esses interesses, porque

ante a dificuldade de comércio (de mercadorias) expande-se a exportação de capital em forma de implantação de fábricas no exterior. A área industrial ameaçada pelo protecionismo dos países estrangeiros explora agora este mesmo protecionismo, ao assentar uma parte da produção no exterior. Ainda que, dessa forma, se torne impossível a expansão da empresa matriz e se perca o aumento da taxa de lucro devido à redução dos custos de produção, mesmo assim isso volta a se compensar pelo aumento do lucro que lhe assegura a alta dos preços dos produtos fabricados agora pelos próprios capitalistas no exterior. Dessa forma, a exportação de capital, poderosamente estimulada de outro modo pelo protecionismo do próprio país, é fomentada igualmente pelo país estrangeiro e, ao mesmo tempo, contribui para a difusão do capitalismo em escala mundial e para a internacionalização do capital. (...) Dessa forma, o livre-comércio resulta nocivo e supérfluo para o capital. (p.352)

Cumprido anotar que, para Hilferding, conforme podemos observar nessa passagem, não se trata somente de uma exportação de capital que acaba por aumentar o lucro dos capitalistas e da “internacionalização do capital”, mas da “**difusão do capitalismo em escala mundial**” [grifos nossos]. Disso decorre uma série de características fundamentais para a história do modo de produção capitalista que somente foram possíveis graças à “união estreita entre o capital bancário e o capital industrial”, “que fomenta rapidamente esse desenvolvimento da exportação de capital”, “modificando sua natureza” porque atuam “independentemente da vontade do empresário” (p. 353-4). Essa tendência à “difusão do capitalismo em escala mundial” – que é o Imperialismo Capitalista – precisa ser empreendida não mais enquanto troca de mercadorias, como se dava em tempos de colonialismo, com entrepostos comerciais costeiros, mas precisa de uma alteração radical do modo de vida tradicional, de modo a estabelecer nessa região que recebe o capital, também uma sociedade capaz de consumir os produtos produzidos pelos capitalistas²⁰.

Para tanto, as grandes obras infraestruturais representam papel absolutamente fundamental. Além de serem necessariamente executadas em grande escala, o que já exige uma concentração e uma centralização prévias do capital; e além do fato de serem do interesse do Estado que as recebe – que, em nome do “progresso” garante o investimento, praticamente como um monopólio natural – as grandes obras infraestruturais são centrais enquanto a linha de frente do modo de produção capitalista.

Desta forma, a exportação de capital amplia a barreira que brota da **capacidade de consumo** dos novos mercados. Mas, ao mesmo tempo, a **transferência de métodos**

²⁰ Esse ponto foi bastante desenvolvido por Rosa Luxemburg, conforme comentamos em nossa dissertação de mestrado

capitalistas de transporte e produção ao país estrangeiro favorece um rápido desenvolvimento econômico e o nascimento de um mercado interior mais amplo devido à **dissolução das interconexões econômicas naturais** e a **expansão da produção para o mercado** e, com isso, o aumento daqueles produtos que são exportados e que podem servir outra vez para pagar os juros do capital novamente importado. (p. 357) [grifos nossos]

Portanto, como vimos destacando, a criação da infraestrutura (**neste momento**, ferrovias, portos e hidrelétricas acima das demais²¹) é também uma condição essencial para a **expansão do modo de produção capitalista** pelo menos em dois sentidos. O primeiro deles, mais óbvio, é que essa será a base da qual se beneficiarão as demais indústrias que se dirigem a este local (extrativista, agrícola ou de transformação). Sem o “pioneirismo” desses setores – levados a cabo pelos Estados locais em associação direta com o grande capital [financeiro] já monopolizado nos centros mais “desenvolvidos” – não há difusão possível do modo de produção capitalista, tanto na produção quanto no escoamento dos produtos adquiridos nas colônias. Mas existe outro elemento absolutamente crucial – geralmente negligenciado em análises “econômicas” – que é o fato de que essas grandes obras necessariamente impactam de um modo muito acentuado nos modos de vida locais. As grandes ferrovias, os alagamentos das hidrelétricas e as demais grandes obras de infraestrutura alteram radicalmente o padrão de organização dessas localidades na medida em que i) atraem mão de obra para a sua realização e ii) precisam expulsar vilas inteiras dos lugares em que se situam a séculos. Em síntese, a história da expansão do modo de produção capitalista pelo mundo é a história da violência contra os modos de vida “milenarios” pelos quais se organizavam socialmente a vida das pessoas ao redor do mundo. Essa questão, necessária para a expansão do modo de produção capitalista – que se confunde com aquilo que Marx denominou “acumulação primitiva” – é fundamental pelas suas duas dimensões, sendo a primeira delas a concentração do capital – sob a forma de fraudes, pilhagens e acumulação ampliada do capital – e a segunda delas a produção constante de homens-livres que não mais subsistem sem que precisem do mercado – tanto para obter salários quanto para obter os artigos básicos de sobrevivência – uma vez que foram expulsos da terra e dos demais meios de produção da vida²².

A colonização gerida pelos interesses do capital mercantil produzia bens e, em certo sentido, acumulava capital. O imperialismo capitalista, o imperialismo do capital financeiro, amplia o modo de produção capitalista e, assim, acaba por potencializar ainda mais a acumulação capitalista no centro, que, por seu turno, impulsiona a sua própria expansão pelo globo e, assim, “a poderosa força motriz do modo de produção capitalista, que entra num novo período de impetuosa e irresistível

²¹ “Na história da exportação de capital a revolução dos meios de transporte marcou época. As estradas de ferro e os barcos a vapor têm em si uma importância colossal para o capitalismo devido à redução do tempo de circulação das mercadorias. Desta forma, se libera primeiramente capital circulante e logo se aumenta a taxa de lucro. O barateamento da matéria-prima reduz o preço de custo e amplia o consumo. Ademais, as estradas de ferro e os barcos a vapor criam aqueles grandes espaços econômicos que tornam possível os modernos estabelecimentos gigantes com sua produção em massa. Mas, sobretudo, foram as estradas de ferro o meio mais importante para que se pudesse explorar os mercados estrangeiros. Somente através delas é que foi possível em proporções tão colossais a utilização pela Europa dos produtos desses países e a ampliação do mercado em um mercado mundial tão rapidamente. Sem embargo, foi ainda mais importante o fato de que a exportação de capital se fazia agora necessária para a construção dessas ferrovias, que se construíram exclusivamente com capital europeu, especialmente inglês.” (p. 363)

²² Para uma demonstração de como pensamos a necessária permanência da “acumulação primitiva” para a reprodução do modo de produção capitalista – bem como algumas de suas formas atuais – sugerimos a leitura de nosso artigo apresentado no Colóquio Marx e Engels sugerido na bibliografia (Franco e Tosta). Para a necessidade de um entendimento dialético entre a “reprodução ampliada” e a “acumulação primitiva” – novamente seguindo pistas de Rosa Luxemburg – e, portanto, da necessidade de compreensão do capitalismo para além de suas relações “normais”, sugerimos a leitura da nossa dissertação de mestrado.

atividade (*Sturm und Drang*), atenua as crises e aumenta os ciclos de prosperidade”. Do ponto de vista interno, esses processos acabam por “aumentar a demanda por mão de obra, o que favorece os sindicatos” e “a tendência à depauperação inerente ao capitalismo parece ultrapassada”. “Finalmente, a rápida ascensão da produção impede a tomada de consciência dos danos da sociedade capitalista e cria um juízo otimista sobre sua força vital” (p. 357).

Do ponto de vista dos países “externos” acontece que, pelo contraste com a situação temporária dos países avançados, as sociedades dos países receptores do capital – tanto a sua elite quanto as classes que têm alguma participação política relevante na determinação dos rumos do Estado senão pela simples resistência – acabam por acreditar nos mitos da “modernidade”, do “progresso”, do “desenvolvimento” e, em grande medida agem obstinadamente com o objetivo de alcançar essa situação mentirosa à qual invejam.

E, deste modo, se estabelece uma nova articulação entre o “interno” e o “externo”. A partir deste momento de intensa concentração de capital nos centros, o problema da periferia não é – resta dúvida se já o foi – a falta de capitais, mas o problema é oferecer condições de lucratividade vantajosas para o capital que se acumulou no centro²³. Primeiramente, faz-se necessário ceder as condições de exploração do espaço, da terra e dos minérios, tanto do ponto de vista físico quanto político-jurídico. Mas uma questão igualmente importante – senão mais – é a oferta constante desses homens livres (p. 358) que não pode ser executada de outro modo senão pela expropriação violenta (política, policial, jurídica) por meio dos Estados locais, criando mais uma “comunidade de interesses” entre todos aqueles que de algum modo se beneficiam da exploração – elites dos países de capitalismo mais avançado e dos países de capitalismo menos avançado; bem como dos Estados de capitalismo mais avançado e dos Estados de capitalismo menos avançado, porque

como sempre que o capital se enfrenta pela primeira vez com relações que contradizem sua necessidade de exploração e cuja superação não sucederia senão lenta e gradualmente, o capital apela para a força do Estado e o coloca a serviço da expropriação violenta que cria o necessário proletariado livre, quer se trate, como em seu princípio, de camponeses europeus, dos índios mexicanos ou peruanos, ou, como na atualidade, com os negros africanos. Os métodos violentos pertencem à essência da política colonial, que sem eles perderia seu sentido, porque a existência de um proletariado livre é uma *conditio sine qua non* do capitalismo. (p. 358)

O que significa ainda que, já desde a gênese do modo de produção capitalista, se apresenta uma relação fundamental entre a supostamente pacífica concorrência econômica – que se expressa juridicamente pela liberdade de contrato entre empresas e entre empregadores e empregados – e um violentíssimo aparato estatal repressor que tem por função garantir as condições do jogo tanto em termos da concorrência entre as empresas quanto, principalmente, eliminar quaisquer possibilidades de os trabalhadores obterem os bens necessários à sua sobrevivência senão se entregando ao mercado. Assim, a tendência de conformação de Estado totalitários no momento em que se estabelece o Capital Financeiro, não é, portanto, uma coincidência entre elementos da “esfera civil” com elementos da “esfera econômica”, mas uma relação que – ainda que sob a mentira da democracia burguesa – se estabelece independentemente de fatores aleatórios. Nas palavras de Hilferding, “tão logo os novos mercados deixam de ser simples áreas de venda para se converterem em zonas de inversão de capital se registra uma mudança de atitude política dos países exportadores

²³ Em grande parte pela pilhagem colonial, confirme ilustra elegante e brilhantemente Eduardo Galeano, em *As veias abertas da América Latina* que pode, evidentemente, ser estendido sem prejuízo dos argumentos centrais para muitas outras regiões englobadas pelas relações de poder imperiais.

de capital.” (p. 361). Enquanto se contentava com as relações mercantis no momento da exportação de mercadorias; quando da exportação de capitais, faz-se necessária uma modificação profunda na estrutura social e política (p. 362) bem como, evidentemente, nos aparelhos de repressão locais, porque “o risco é muito maior quando se constroem ferrovias em um país estrangeiro, se adquire terras, se constroem instalações portuárias, se descobrem minas e as exploram do que quando simplesmente se compram e vendem mercadorias.” (p. 362). E isso se expressa das mais variadas formas, desde a imposição de ordenamentos jurídicos alinhavados de acordo com os interesses do capital financeiro (p. 362) até amplas medidas com o objetivo de impor de cima para baixo os modelos de Estado-nação; mesmo em localidades onde isso não fazia o menor sentido (p. 362).

Daí o clamor de todos os capitalistas interessados em países coloniais exigindo um poder estatal forte, cuja autoridade proteja também seus interesses nos rincões mais afastados da Terra; dali o prestígio da bandeira e da guerra, que tem que se ver em todas as partes para que se possa plantar em todos os lugares a bandeira comercial. Mas quanto mais se sente à vontade a exportação de capitais é onde existe o domínio completo da nova região mediante o poder estatal de seu país. (...) a exportação de capital, especialmente desde que tem lugar em forma de capital industrial e financeiro, tem acelerado enormemente a subversão de todas as velhas relações sociais e a difusão do capitalismo por todo o globo. O desenvolvimento capitalista não ocorreu de um modo autóctone em cada país individual; com o capital se importaram, ao mesmo tempo, a produção capitalista e as relações de exploração, sempre no mesmo grau já alcançado no país mais avançado. (p. 362-3)

Mas este equilíbrio, por sua vez, também estava fadado a ser superado. Tão logo essa exportação de capital fomentou o “desenvolvimento” das empresas na periferia (Estados Unidos e Alemanha) se rompeu o monopólio da Inglaterra, “e ao capitalismo inglês insuficientemente organizado e pouco eficaz devido ao livre-comércio, se mostraram competidores superiores os capitalismo americano e alemão” (p. 363).

Como vemos, essas transformações pelas quais o modo de produção capitalista passou na transição do século XIX para o XX – que Hilferding chamou de “a etapa mais recente do capitalismo” – são de uma extrema complexidade e estão para muito além da relação entre as formas parciais de capitais e uma luta pela hegemonia da forma industrialista de organização social. Do contrário, temos que entendê-las como algumas das passagens mais importantes para a reconstituição da narrativa histórica do modo de produção capitalista. No movimento articulado por Hilferding, notamos que aos poucos se foi transformando a ideologia das burguesias em torno da concepção de Estado, inicialmente pautada na Economia Política (liberal) que havia sido decisiva, por sua vez, para a superação da concepção de Estado mercantilista ligada aos valores da nobreza. Essa concepção liberal-burguesa de Estado teve sua expressão máxima, do ponto de vista das questões analisadas por Hilferding, na defesa da liberdade do ponto de vista pessoal e da defesa do livre-comércio. Mas, em seu próprio desenvolvimento histórico, ela também engendrou contradições – por meio da articulação entre os Estados e as elites dos países “mais desenvolvidos” e dos “menos desenvolvidos”. O que se deu com o surgimento de um capitalismo “mais organizado”, em que o capital financeiro atingiu patamares de concentração e centralização – portanto, de monopólio – muito superiores aos da Inglaterra. Em grande parte isso se deveu ao modo de articulação específico assumido em cada um desses países, sendo que na Inglaterra o setor da nobreza “encastelada” na City assumiu uma preponderância que conferiu ao capital financeiro

britânico uma feição mais ligada aos serviços das finanças²⁴ enquanto nos Estados Unidos e na Alemanha se gestaram formas de administração das grandes corporações ao mesmo tempo potentes em termos de finança e de produção (inclusive com o desenvolvimento das principais tecnologias daquela que viria a ser chamada de “segunda revolução industrial”). Mas isso não se deveu a qualquer sorte de “traição” dos interesses britânicos, ou qualquer sorte de particular “patriotismo” dos capitalistas estadunidenses e alemães²⁵, mas, sim, à própria contradição interna ao sistema, em que a exportação de capitais, como vimos, sustenta a defesa do protecionismo que acaba por, contraditoriamente, colocar ao mesmo lado os capitalistas britânicos – exportadores de capital – e capitalistas estadunidenses e alemães – receptores de capital. Mas é evidente que isso engendraria respostas do ponto de vista dos Estados e o desenvolvimento posterior desse sistema contraditório faria com que as rivalidades inter-imperialistas ganhassem vulto e eclodissem nas guerras nas quais se decidiria a superação da Hegemonia Britânica e, dadas as duas derrotas alemãs, o estabelecimento da Hegemonia Estadunidense, cuja dinâmica capitalista – por conta da articulação das classes sociais que configuram o “seu” capital financeiro – era muito superior.

Pelo próprio momento em que escreveram, é evidente que o trabalho de Lenin (Imperialismo: etapa superior do capitalismo), de 1916 tem muito mais condições de apreender essas relações, que se encontravam naquele momento muito mais desenvolvidas do que em 1906-10²⁶, mas cumpre ressaltar que Hilferding aponta para as mesmas tendências que Lenin em diversas vezes ao longo de sua obra. Como quando dedica páginas à constituição de um raciocínio cristalino e surpreendentemente precoce segundo o qual

a violência da concorrência desperta, sem embargo, a tendência à sua eliminação. A forma mais fácil de isso ocorrer é incluir no mercado nacional parte do mercado mundial, isto é, anexar-se regiões estrangeiras mediante a política colonial. Se ao livre comércio eram indiferentes as colônias, o protecionismo leva diretamente a uma atividade maior na zona da política colonial. Aqui se enfrentam diretamente de forma antagônica os interesses dos Estados (p. 366). (...) Os Estados Unidos são em si um grande espaço econômico suficiente inclusive para a era do imperialismo, cujo campo de expansão está dado, ademais, geograficamente. O movimento panamericano, que encontrou sua primeira expressão política na Doutrina Monroe, está em seus estágios iniciais e tem grandes perspectivas devido à enorme supremacia dos Estados Unidos. A situação é distinta na Europa, onde a fragmentação política criou interesses econômicos contrapostos, que opõem obstáculos muito difíceis à supressão econômica mediante a possível união aduaneira da Europa Central. Aqui não se trata, como no Império Britânico, de partes complementares, mas de unidades mais ou menos similares e, por isso, reciprocamente hostis e em competição (p. 370). Assim, o desejo de posse colonial conduz a uma oposição sempre crescente entre os grandes espaços econômicos e repercute na Europa decisivamente nas relações de cada um dos Estados (p. 372) O poder político é, assim, decisivo na luta econômica pela

²⁴ “É natural que, em princípio, o liberalismo tenha conseguido sua realização primeiramente na Inglaterra, onde era impulsionado por uma burguesia livre-cambista e uma burguesia que, inclusive nos períodos mais agudos de conflito com o proletariado, resistiu a solicitar a intervenção do Estado e, quando teve que fazê-lo, o fez somente em breves períodos. Mas também na Inglaterra a sua realização se chocou com a resistência, não somente da velha aristocracia – que apoiava uma política protecionista, isto é, que resistia ao princípio liberal – mas também do capital comercial e do capital bancário, que aspiravam às inversões exteriores e que exigiam, sobretudo, a manutenção do domínio marítimo – uma exigência que era sustentada ao máximo pelos setores interessados nas colônias” (p. 376-7). Procuramos desenvolver esse tema – a preponderância da City no capital financeiro – na nossa dissertação de mestrado. Em seguida, Hilferding passa a comentar sobre o liberalismo continental – especialmente o francês. Não nos parece, mais uma vez, plausível a hipótese segundo a qual o autor esteja limitado à análise do capitalismo monopolista alemão, como alegam muitos dos seus comentadores.

²⁵ Qualquer semelhança com a relação do capital supostamente estadunidense com o desenvolvimento capitalista na China não é mera coincidência.

²⁶ Período que, segundo Hilferding, separa a redação e a publicação de O Capital Financeiro.

concorrência, e para o capital financeiro a posição do poder estatal é vital do ponto de vista do lucro. (p. 374) Assim, pois, o capital financeiro se converte com todos os seus meios em suporte da idéia de fortalecimento do poder estatal. Mas quanto maiores forem as diferenças históricas entre o poder estatal, maiores serão as condições da concorrência e mais inflamadas as lutas pelos domínios do mercado universal. Esta luta será tanto mais encarnçada quanto mais desenvolvido esteja o capital financeiro e quanto mais forte for o seu desejo de monopolização, mais inflamada será a luta pelo resto. (p. 374)

Portanto, já para Hilferding, podemos notar de modo claro o vínculo entre o desenvolvimento do capital financeiro e o imperialismo²⁷. Porque existe uma relação direta entre dois movimentos dificilmente analisados em sua inter-relação, para que consigamos compreender este movimento de rivalidade internacional que supera a *Pax Brittanica*, faz-se necessário que entendamos a mudança da ideologia das burguesias “nacionais” e a compreensão da superioridade da hegemonia do capital financeiro em relação à hegemonia dos livre-cambistas de Manchester²⁸.

A grande questão dessa interessantíssima quinta parte do livro *O Capital Financeiro* é exatamente o acompanhamento em sua dinâmica de uma série de contradições que percorrem esse período e vão se resolvendo de maneira complexa, pois nessa dinâmica ao mesmo tempo entre a expansão de capital (“interesses privados”) e da lógica estatal territorial (“interesse público”) é exatamente o sucesso de um arranjo que engendra o seu próprio fim²⁹. Em suas palavras,

a desigualdade do desenvolvimento industrial motiva certa diferenciação nas formas de exportação de capital. A participação direta na abertura dos países industrialmente atrasados ou que se desenvolvem mais vagarosamente cabe àqueles países em que o desenvolvimento industrial alcançou a sua forma mais elevada tanto no que se refere ao lado técnico quanto organizacional. A este grupo pertencem sobretudo a Alemanha e os Estados Unidos e, em segunda ordem, a Inglaterra e a Bélgica. Os outros países de desenvolvimento capitalista antigo tomam parte na exportação de capitais mais na forma de empréstimo que na instalação de fábricas. Isto implica que, por exemplo, o capital francês, holandês e, em grande medida, também inglês, se converta em capital de empréstimo para as indústrias sob a direção americana ou alemã. Desta forma, nascem tendências a uma solidariedade dos interesses capitalistas internacionais. O capital francês estará interessado como capital de empréstimo nos progressos da indústria alemã na América do Sul, por exemplo. Ao mesmo tempo, semelhante união – que aumenta extraordinariamente o poder capitalista – permite uma exploração ainda mais rápida de regiões estrangeiras, que são facilitadas ainda mais pela pressão reforçada dos grandes Estados. As perspectivas de êxito de cada uma dessas tendências [solidariedade e rivalidade] são diferentes em cada caso concreto e dependerão, sobretudo, das possibilidades de lucro que ofereça a declaração da luta armada. (p. 375)

E assim – conforme Hilferding apresenta de maneira brilhante no capítulo XXII de *O*

²⁷ Conforme atesta, inclusive, o último capítulo de *O Capital Financeiro*, intitulado “O proletariado e o imperialismo”.

²⁸ Comungamos da hipótese segundo a qual a reconstituição dessa tão comentada “nova dinâmica” desse “novo capitalismo”, do momento de transição entre os séculos XIX e XX, pode ganhar potência se entendida a partir da compreensão do entrelaçamento complexo dessas duas formas de hegemonias (dos Estados e das classes sociais).

²⁹ Sobre a nitidez da análise de Hilferding, gostaríamos de destacar, inclusive, que, para ele, tendo em mente os desdobramentos das contradições da expansão estatal territorial colonialista ao se transformar em imperialismo capitalista caberia à Alemanha um papel de destaque, porque “a contradição entre o desenvolvimento do capitalismo alemão e a pequenez relativa de seu espaço econômico aumenta então extraordinariamente. Enquanto a Alemanha avança rapidamente o seu desenvolvimento industrial, se reduz subitamente a sua área econômica. E isso tanto mais quanto a Alemanha, que por razões históricas e casuais para o capitalismo atual (...), não tem nenhuma possessão colonial relevante. Enquanto isso, não apenas os seus competidores mais fortes, Inglaterra e Estados Unidos – para os quais todo o continente tem economicamente o caráter de colônia – mas também as potências menores, França, Bélgica e Holanda, dispõem de possessões coloniais consideráveis e seu futuro competidor, a Rússia, possui igualmente um espaço econômico imensamente maior que o seu. (p. 375)”. E é importante que reiteremos que ele escreveu entre 1906 e 1910 (segundo indica no prefácio), quando grande parte dessas tendências ainda não se apresentava a todos os observadores com a clareza das “profecias do acontecido”, ao que espanta a cristalinidade com que afirma que essa “é uma situação que vai agravar extraordinariamente o contraste entre a Alemanha e a Inglaterra e seus satélites, uma situação que tenderá a desembocar em uma solução violenta” (p. 375).

Capital Financeiro – vão se desenvolvendo contraditoriamente diversas tendências inerentes aos processos de monopolização de poder (“econômico” e “político”) em que a rivalidade e a solidariedade se fazem presentes ao mesmo tempo; ao que a tendência aos acordos – nas quais Kautsky apostou como forma de um ultraimperialismo – não suplanta a necessidade da resolução armada dos conflitos – que era a aposta de Lenin³⁰.

Conforme vimos defendendo ao longo desse artigo, Hilferding não se ocupa somente das expressões abstratas e das articulações das frações do capital – que são as razões pela qual ele é destacado na bibliografia crítica sobre o seu trabalho – mas é também extremamente cuidadoso com as formas concretas e com a complexidade das relações (internas e externas) das classes sociais e dos Estados, mediadas pela “visão de mundo” – o eixo fundamental da crítica marxiana em *O Capital*. E assim, é por meio do destaque dessa complexidade que o autor nos oferece uma possibilidade da percepção da dialética entre esses elementos de um modo extremamente rico, possibilitando uma visão não-mecanicista do fenômeno do Imperialismo Capitalista levado à cabo pelo desenvolvimento do capital financeiro. Em termos gerais, Hilferding percebe que

se o poder político do Estado no mercado mundial se converte em um meio de competição para o capital financeiro, isto significa, naturalmente, uma mudança completa da conduta da burguesia frente ao Estado. A burguesia se proclamava contrária ao Estado na luta contra o mercantilismo econômico e o absolutismo político. O liberalismo era realmente destrutivo e significava, efetivamente, a “revolução” do poder do Estado e a dissolução das antigas amarras. Todo o sistema, penosamente construído, das relações nacionais de dependência e das uniões corporativas urbanas, com sua complicada estrutura de privilégios e monopólios, foi superado. Sua vitória significava, em princípio, uma poderosa diminuição da força do Estado. A vida econômica, ao menos teoricamente, ficava totalmente alheia à regulação do Estado, o qual devia limitar-se à vigilância, à garantia da segurança e à criação da igualdade burguesa. Assim, pois, o liberalismo era puramente negativo ao Estado do capitalismo inicialmente mercantilista, que em princípio queria regular tudo (...) (p. 376)

Contudo, ainda que esta seja a forma mais “pura” da visão de mundo burguesa, Hilferding anota que esse modo de conceber o liberalismo em comprometimento ativo na luta contra o absolutismo se deu dessa maneira principalmente na Inglaterra – “imperialista acima das demais”. “No continente”, a dinâmica era um tanto diferente porque, lá,

como poderia se satisfazer com o princípio liberal de redução do poder estatal uma burguesia que necessitava economicamente do Estado como a alavanca mais potente do seu desenvolvimento e à qual se interessava, não por destruir o Estado, mas em transformá-lo de um obstáculo a um veículo do seu próprio desenvolvimento? (...) A criação de um Estado nacional teve que fazer conservadora, desde o princípio a burguesia [no continente] (p. 377).

A diferença entre o liberalismo inglês e o liberalismo continental (com as nuances francesa e alemã – sem falar nos Estados Unidos, que cumpriam função similar) certamente merece um estudo mais aprofundado do que este a que nos propusemos a executar aqui, e certamente inúmeras outras contribuições teóricas foram feitas sobre esse assunto a partir das linhas gerais estabelecidas no *Capital Financeiro*. E, independentemente das suas variações “regionais”, é importante que entendamos que essa concepção burguesa de liberdade contra o Estado – que é, em grande medida, uma das razões pelas quais Engels e Marx conferiam a ela um caráter inicialmente “revolucionário” – é um arranjo muitíssimo precário.

³⁰ Comentamos sobre as interpretações de Kautsky e Lenin sobre o imperialismo em nossa dissertação de mestrado. Chama a atenção aqui também a afirmação de Hilferding de que existe outro importante fator de limitação do cálculo da guerra internacional por parte das potências européias nos movimentos comunistas locais – o “espectro que ronda a Europa” – porque a participação em guerras internacionais pode acabar favorecendo levantes internos (p. 376), apontando para o que ocorreria na Rússia somente uma década à frente.

Em seu próprio desenvolvimento contraditório “a vitória das defesas do protecionismo contra o livre-comércio criou as condições para o desenvolvimento mais rápido do capital financeiro no continente” (p. 377) de modo que “assim, a adaptação da ideologia e da concepção de Estado da burguesia encontrou, desde o princípio, na Europa, poucos obstáculos” uma vez que “as necessidades do capital financeiro encontraram vários elementos ideológicos que puderam facilmente ser utilizados para a criação de uma nova ideologia em harmonia com os seus próprios interesses” (p. 377). Uma ideologia imperialista, expansionista, e calcada em um Estado forte – fortíssimas tendências ao autoritarismo, conforme nos demonstra a história do modo de produção capitalista – em extrema conformidade com a hegemonia do capital financeiro, porque

o capital financeiro não quer liberdade, mas dominação; não tem interesse pela autonomia do capital industrial, mas exige seu atrelamento; detesta a anarquia da concorrência, e quer a organização, certamente para reavivar a competição num nível mais alto. Mas para impor isso, para manter e ampliar sua superioridade, precisa do Estado que lhe assegure o mercado interno mediante a política aduaneira e de tarifa, que deve facilitar a conquista de mercados estrangeiros. Precisa de um Estado politicamente poderoso que, na sua política comercial, não tenha a necessidade de respeitar os interesses opostos de outros Estados. Necessita, em definitivo, de um Estado forte que faça valer seus interesses financeiros no exterior, que entregue seu poder político para extorquir dos Estados menores vantajosos contratos de fornecimento e tratados comerciais. Um Estado que possa intervir em toda parte do mundo para converter o mundo inteiro em área de investimento para seu capital financeiro. O capital financeiro, finalmente, precisa incorporar novas colônias. Se o liberalismo era um adversário do imperialismo estatal e queria reservar-se a dominação própria em relação ao antigo poder da aristocracia e da burocracia, ao restringir os meios de poder estatal a áreas as mais reduzidas possíveis, então a política do poder ilimitado tornou-se uma exigência do capitalismo financeiro: este seria o caso, mesmo quando os gastos com o Exército e a Marinha não garantissem diretamente às camadas capitalistas mais poderosas um mercado importante com lucros na sua maioria monopolistas. (p. 378)

Desta maneira, Hilferding demonstra como ocorrem mudanças profundas na visão de mundo burguesa que – no plano formal, das idéias, mas também, evidentemente com descompassos, em termos de constituição de políticas – vão tornando essa classe a cada dia “menos revolucionária” e mais comprometida com a conquista e a manutenção do poder. E para isso – como para qualquer projeto de exercício de poder – fez-se necessária a tensa combinação entre os elementos “progressistas”, como a liberdade radical e a defesa do indivíduo frente ao Estado Absolutista, e aqueles que conformariam esse Estado sob a hegemonia do capital financeiro. Essa visão de mundo, assim, vai afastando progressivamente para escanteio o pacifismo e uma tendência legítima ao humanitarismo para colocar em seu lugar o racismo imperialista³¹ sob a aparência de uma ideologia cosmopolita – fundamental para se apresentar como interesse geral e, portanto, hegemonia. Nas palavras de Hilferding,

É sublime e arrebatador quando revela seu próprio ideal. O imperialista não quer nada para si: tampouco é um ilusionista ou sonhador que dissipa o contraste irremediável das raças em todas as etapas da civilização. Com toda possibilidade para desenvolver uma noção sanguinária de humanidade, com os olhos duros e claros, contempla a multiplicidade de povos e percebe sobre todos eles a sua própria nação. [...] vive no Estado poderoso que não cessa de ser cada vez maior e mais poderoso, e sua glorificação justifica todos os esforços. A renúncia do interesse individual em favor do interesse geral superior, que constitui a condição de toda ideologia social vital, se logra deste modo: o Estado – que é estranho ao povo – e a nação se confundem em uma unidade; e do ideal nacional nasce a força que impulsiona a política. Os antagonismos de classe são abolidos em prol da totalidade. A ação

³¹ E o fato de que ainda hoje a filantropia, a caridade, o pacifismo e os direitos “humanos” e “dos povos” compõem grande parte do discurso propagandístico das potências não altera em nada o argumento, senão o reforça. É uma máscara sob a qual se esconde a cruza da dominação capitalista internacional.

coletiva da nação, unida para os fins da grandeza nacional, substitui a luta de classes, que para a classe proprietária é tão estéril quanto perigosa. (p. 380)

O que não parecia evidente, então, para os trabalhadores europeus – e aí reside uma fronteira de luta extremamente importante para os marxistas do começo do século passado – é que essa ideologia da superioridade racial ou cosmopolita, contudo, funcionava como uma máscara contra a guerra civil. Um engodo contra as aspirações socialistas tanto quanto às meras reivindicações pela melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras. Todo o esforço de constituição dessa ideologia de guerra e da transformação da economia em uma economia de guerra acabavam por acobertar o que, de fato, se travava de uma luta atroz entre os capitalistas e o proletários (p.379).

Deste modo, a ideologia do imperialismo se levanta sobre a tumba dos velhos ideais liberais. Caçoa da ingenuidade do liberalismo. Que ilusão a de se crer na harmonia de interesses, em um mundo de luta capitalista que somente pode se decidir pela superioridade das armas! Que ilusão a de esperar o reino da paz eterna e pregar a lei internacional onde somente a força decide o destino dos povos! Que loucura a de querer estender as relações legais existentes dentro de um Estado para além de suas fronteiras! Que interferências irresponsáveis nos negócios provoca este disparate humanitário que faz dos operários um problema; descobre a forma social em casa, e na colônia quer abolir a escravidão contratual, a única possibilidade de exploração! Como podemos conquistar o mundo se queremos que a concorrência se submeta a esses ideais? (p.380)

Aos poucos, por meio de um raciocínio extremamente sofisticado, Hilferding nos apresenta com um elevado grau de complexidade como se constitui – contraditoriamente, como não poderia deixar de ser – a hegemonia do capital financeiro. Não simplesmente uma liderança, ou um engodo às demais classes sociais, mas num arranjo político em que, efetivamente, os interesses “materiais” e “ideológicos” das demais frações da sociedade vão se solidarizando aos interesses dos grandes proprietários em favor da constituição de um Estado cada vez mais autoritário internamente e cada vez mais agressivo quanto à sua política externa³², porque com “a formação dos monopólios capitalistas desperta o interesse do capital pelo fortalecimento do poder do Estado” ao mesmo tempo em que “o capital vai adquirindo a força para dominar o aparato estatal, seja diretamente – através da própria força econômica – seja indiretamente, ao subordinar o interesse das outras classes aos seus próprios” (p. 381). Com efeito, para além da visão mecanicista e reducionista do pensamento burguês, temos que compreender o Estado enquanto relações sociais inevitavelmente atadas às dinâmicas das classes sociais e, assim, tanto as formas de propriedade dos meios de produção quanto as relações de produção vão se transformando ao mesmo tempo em que o Estado burguês – imperialista – vai se consolidando. Como apontado por Hilferding,

o desenvolvimento do capital financeiro modifica totalmente a estrutura econômica e política da sociedade. Os capitalistas individuais do capitalismo primitivo confrontavam-se entre si em virtude da luta concorrencial; e esta rivalidade os impedia de atuar conjuntamente, não apenas no terreno político, mas também em outros campos. (p. 381)

Outra questão extremamente complexa, à qual Hilferding não consegue dar a efetiva dimensão – naquele momento provavelmente nem poderia dar – é a diferença de potência entre a hegemonia do capital industrial daquela burguesia livre-cambista em relação à hegemonia do capital financeiro por questões intrínsecas às próprias relações que definem essas formas de capital, porque segundo o autor

Devemos acrescentar ainda que os interesses desta classe [os capitalistas individuais do capitalismo primitivo] não podiam ainda ser apresentados enquanto gerais, uma vez que a atitude negativa frente ao Estado não permitia que o capital industrial pudesse se apresentar como representação do interesse de todos os capitalistas (...) Pois as grandes questões que

³²

E quem poderia afirmar que não é essa a história do século XX até os nossos dias?

moveram a burguesia eram inicialmente questões constitucionais, como o estabelecimento do Estado constitucional moderno, isto é, questões que interessavam igualmente a todos os burgueses e os uniram na luta comum contra a reação, contra os resíduos da forma de governo feudal e absolutista-burocrática. (p. 381)

Do nosso ponto de vista – que motiva a tessitura destas linhas – defendemos que a compreensão dessa diferença de potencial entre as hegemonias capitalistas é fundamental para que desfaçamos definitivamente as ilusões acerca das possibilidades de “civilização” do capital em que as supostamente nefastas finanças sejam (re)enquadradas no seu devido lugar, que seria, do ponto de vista dessa visão ingênua, o de auxiliar o capital bonzinho, que seria o “industrial”, ou o “capital em função”. No texto do Leandro, já argumentamos como, lógica e historicamente, o capital financeiro foi-se constituindo enquanto síntese das formas parciais de capital e, portanto, se caracteriza pela crescente indiferenciação entre as formas parciais. O que nos importa aqui neste momento é a compreensão de que – como não poderia deixar de ser – essa dinâmica entre as classes afeta decisivamente os rumos da luta política no interior do modo de produção capitalista (e contra ele). Com a vitória do capital financeiro enquanto nexos estruturante das relações sociais (classes e Estados) se constitui uma poderosíssima hegemonia capitalista. Mas primeiro vejamos como isso ocorreu.

Como vimos, a princípio, a burguesia constituiu sua visão de mundo paramentada numa forma radical de liberalismo contra o Estado Absolutista, instituindo uma hegemonia em torno dos interesses da produção industrial e da exportação de mercadoria, que implica na hegemonia das idéias livre-cambistas que, neste momento, deram a tônica da coesão social. Mas com a vitória sobre as forças da reação, fizeram-se nítidas as imensas contradições existentes no interior da burguesia, que jamais é uma classe coesa. A primeira reação contra a hegemonia do capital financeiro e do livre-comércio partiu da pequena-burguesia e dos “trabalhadores”³³. Certamente entre os trabalhadores encontra-se a ala mais radical das revoluções burguesas e suas reivindicações não cessam com a derrubada dos poderes monárquicos. Convencidos da importância da igualdade para a constituição dessa nova ordem, as classes oprimidas procuram levar adiante as pautas que poderiam vir a revolucionarizar as relações de produção e, por isso, precisam ser caladas nem que pela violência. Em seguida, ganha espaço nessa precária ordem burguesa fortíssimas oposições por parte dos latifundiários e da burocracia do exército de origem aristocrática, assentadas na tradição e no poder do capital comercial e creditício que, por **muito** tempo foram as formas mais próximas do alto escalão das decisões políticas.

Já a monopolização, unifica o poder econômico e eleva assim diretamente sua eficácia política. Como Hilferding apresenta ao longo do capítulo XXIII, esses processos de concentração e centralização analisados anteriormente uniformizam simultaneamente os interesses políticos do capital e fazem com que todo o peso da força econômica atue diretamente sobre o poder estatal. Ela une os interesses de todo o capital e se apresenta assim, perante o poder do Estado, de forma muito mais coesa do que o capital industrial disperso da época da livre-concorrência. Ao mesmo tempo, o capital (financeiro) encontra – ainda que, dado seu caráter monopolista, isso não nos pareça lógico –

³³ O mais adequado seria “não detentores dos meios de produção”, porque, assim, não excluiríamos aquela imensa camada da população que vive à margem, inclusive, das condições de aspirar a um trabalho. Esta imensa camada da população certamente participou de maneira muito radical e ativa nos principais momentos das revoluções. Para fins de simplificação e para seguir de perto a nomenclatura de nosso autor, permaneceremos nos valendo do conceito de “trabalhadores”.

uma grande disposição de apoio em outras classes. Especialmente porque foi por meio dessa associação que se “resolveram” – “acomodaram”? – os conflitos entre as classes dominantes e a população sobre a qual pesa a coerção do trabalho menos ou mais compulsório. Porque a hegemonia não suprime o conflito. Com efeito, a hegemonia de certas formas de capital, do ponto de vista das classes oprimidas não faz mais do que acirrar o conflito conferindo um imenso poder aos aparelhos de repressão.

Um dos traços mais importantes desse processo de expansão do capitalismo (tanto “dentro” quanto “fora” das “fronteiras nacionais”) que constitui a hegemonia do capital financeiro se dá no campo. A questão essencial é a destruição das formas tradicionais de vida para a constituição de uma economia voltada para o mercado capitalista. (p. 383). Esta é a longa história à qual Marx se refere quando da discussão sobre a “acumulação primitiva”. A princípio, essa expansão das relações de mercado para o campo, dominado pela aristocracia fundiária extremamente influente no Estado Absolutista precisa enfrentar a resistência dessa poderosa classe. Mas a evolução do capital financeiro [que é resultado da dinâmica contraditória dos interesses de classe – centralização e concentração] vence o antagonismo pela mudança funcional do protecionismo e cria uma nova comunidade de interesses do latifúndio e das indústrias pesadas cartelizadas [acesso a mercado: matérias-primas; homens livres; consumo; atração de investimentos pesados]. A preocupação principal dos proprietários rurais, então, não é mais a indústria, mas a questão operária, que ameaça a tão prezada ordem. Dessa forma, a hostilidade comum contra o movimento operário une essas duas poderosas classes ao mesmo tempo em que diminuem os conflitos no campo, com a abolição dos impostos rurais e a mudança dos interesses dos grandes latifundiários, que com a queda dos preços dos cereais, deixa de competir com os pequenos agricultores, produzindo um excedente de renda nas mãos dos latifundiários que passa a afluir para os investimentos lucrativos na indústria [principalmente indústrias tradicionalmente ligadas aos gêneros agrícolas, como, por exemplo, as destilarias e cervejarias]. Além do fato de que tanto os latifundiários como os pequenos agricultores lutavam juntos pelas tarifas protecionistas. Portanto, a luta comum pela política comercial uniu todas as camadas da propriedade rural nos países que precisavam da importação agrícola e, dessa forma, concedeu ao capital financeiro o apoio do campo. (p.383-5)

Por outro lado, o desenvolvimento dessa forma de capitalismo levou a que os interesses da propriedade se unificassem cada vez mais, porque as fontes de rendimento tornaram-se cada vez mais variadas. Tudo isso transformou a classe latifundiária de uma classe cuja renda afluía dos bens de raízes numa classe cujos rendimentos afluem [de forma crescente] do lucro industrial e da participação do lucro no “capital móvel” [juros], enquanto o capital financeiro aumentou o interesse imobiliário [terra; arrendamentos] e nas indústrias agrícolas [equipamentos, grande volume de capital]. Esta aproximação [fusão de interesses materiais?] dos capitalistas burgueses com a aristocracia rural [em que os casamentos são parte fundamental (p. 387)] leva a profundas mudanças no sistema de reconhecimento social e no regime de propriedades [capitalismo gentleman³⁴], e mobiliza muito o Estado [nas mãos das aristocracias tradicionais] em prol da política imperialista. (p. 382-7)

Por outro lado, nas cidades, em princípio, o capital financeiro apresenta-se em contradição

³⁴

Debate sobre o qual comentamos em nossa dissertação de mestrado.

com o pequeno e médio capitais. Não com todas as empresas, senão somente com aquelas que tinham pretensão à exportação [que é onde predominantemente atuam as indústrias cartelizadas]. As pequenas e médias empresas que atuavam nos mercados locais apoiaram o protecionismo, que tem no capital financeiro seu mais poderoso defensor. Mas a cartelização tem como resposta ainda mais cartelização, na medida em que ela é a resposta necessária contra a competição dos outros cartéis. Além do fato de que, consolidada a lógica monopolista, há a tendência de complementaridade subordinada dos pequenos em relação aos grandes [“dependência indireta do capital”, ou, noutros termos, a constituição de empresas “servas”]. E aqui é interessante notar que

depois de haver sido combatida por décadas, a doutrina marxista da concentração se tornou, hoje, lugar-comum³⁵. Se reconhece que o retrocesso da classe média industrial não pode ser contido. Mas o que nos interessa aqui é menos o retrocesso quantitativo que nasce da destruição dos pequenos estabelecimentos que a mudança estrutural que se produziu nos pequenos estabelecimentos da indústria e do comércio com o desenvolvimento do capitalismo moderno. Grande parte dos estabelecimentos pequenos se tornaram auxiliares da indústria e, por isso, estão interessados na sua expansão (p. 389)

Sobretudo porque toda a renda que sobra das mais diversas frações do capital, por meio das sociedades por ações, afluem para as indústrias pesadas, que têm as taxas de lucro mais altas, de modo que, aos poucos, o que aparecia como antagonismo, acaba por se transformar em solidarização dos interesses das pequenas e médias em relação às grandes. E aqui, novamente ganha relevo a importância da questão operária. Enquanto os trabalhadores de modo mais ou menos generalizado pleiteiam melhores condições de trabalho e melhores salários, ocorre uma quase que imediata solidarização entre os pequenos capitalistas (inclusive relativamente mais sensíveis às pressões salariais, posto que possuem uma composição orgânica de capital menor) e os grandes proprietários. Com efeito, são os pequenos proprietários (para Hilferding a classe mais reacionária) os maiores defensores das políticas contra os operários. Ainda para ele, essas frações intermediárias (exploradoras da mão de obra, mas subordinadas ao grande capital) serão, inclusive, as mais ferrenhas defensoras do imperialismo e as mais racistas, em que pese o agravante de que têm grande abertura aos organismos de formação da opinião pública (p. 387 e seguintes).

Não é de se espantar, portanto, analisando a partir da maneira pela qual se dá a dinâmica de classes sob a hegemonia do capital financeiro, que as políticas estatais se acirrem nesse momento com o duplo objetivo de oprimir as classes trabalhadoras – expulsas do campo, resistentes à exploração industrial – e expandir – econômica e militarmente – as fronteiras da acumulação capitalista, porque “o interesse comum pela ofensiva contra a classe operária une cada vez mais todas as camadas da burguesia. Mas a liderança dessa luta, há muito, já está nas mãos do grande capital financeiro” (p. 396).

3. O Estado na hegemonia do capital financeiro e no fetichismo do direito burguês

Pudemos observar como se deu historicamente a composição de uma hegemonia capitalista imperialista levada à frente pelos interesses do capital financeiro que é de potência superior à

³⁵ É possível que o autor esteja se referindo a visões de capitalismo que hoje costuma-se confundir com todo o qualquer tipo de concorrência “schumpeteriana”. Nos parece que esse autor merece estudos mais aprofundados, dada a profundidade de suas observações e a largueza de seus horizontes de preocupações políticas e teóricas. Mas não deixa de ser digno de nota que do alto de seu cinismo, podemos notar nas suas formulações sobre a concorrência elementos típicos do materialismo histórico, ainda que com objetivos políticos muito distintos. Falando como a tradição marxista, “mesmo um autor burguês” como Schumpeter não deixa de anotar as contradições internas do modo de produção capitalista em toda a sua crueza.

hegemonia do capital industrial (livre-cambista) e do capital comercial autônomo (mercantilista). Podemos também tangenciar o problema de que a solução histórica para os problemas de ascensão de novas formas sociais se deu sobretudo com a conformação de uma complexa trama em que se sintetizaram as classes dominantes em uma “nova” classe social [inclusive com uma “nova” visão de mundo”] proprietária dos meios de produção que exerce de maneira ainda mais elevada a exploração capitalista. Mas, afinal, a que se deve, em termos abstratos, essa potência superior que Hilferding afirma haver na hegemonia do capital financeiro às outras formas de capital?

Sem entrarmos nos importantes debates teóricos sobre este conceito com o qual vimos trabalhando até aqui, temos que compreender, sobretudo, como o capital financeiro consegue solidarizar os interesses das demais classes aos seus, de modo que a todos pareça que estão sendo em alguma medida beneficiados pela “ordem” vigente, a despeito das assimetrias de poder. Conforme vimos argumentando, o capital financeiro acirra imensamente os conflitos entre as classes capitalistas e as classes oprimidas. Ainda que, em alguma medida, essas classes oprimidas se identifiquem com as classes dominantes e corroborem ativamente para essa hegemonia, não é este o tipo de relação que estamos procurando aqui³⁶. Procuramos também entender as razões pelas quais o capital financeiro consegue ser o representante dos interesses comuns da classe capitalista. Como vimos, a maneira pela qual Hilferding procura demonstrar historicamente essa superioridade – mais uma vez seguindo o método marxiano – é por meio da apresentação das contradições entre os diversos interesses materiais e as diversas visões de mundo que surgem em cada um dos elementos e em cada um dos momentos decisivos dos rumos da dinâmica de classes. O cruzamento entre os interesses materiais e a visão de mundo é fundamental, porque não existe visão de mundo sem a correspondência “material”, nem tampouco uma condição material que não implique em impactos nas diversas visões de mundo. Devemos sempre ter em mente as palavras de Marx e Engels segundo as quais

as idéias das classes dominantes são, em cada época, as idéias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As idéias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal (variante do manuscrito: ideológica) das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como idéias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as idéias da sua dominação. (Marx e Engels, Ideologia Alemã, p. 47)

Mas existe ainda uma outra questão seguindo essa pista da Ideologia Alemã que nos parece extremamente pertinente para o entendimento da hegemonia do capital financeiro frente às demais. Historicamente, vimos que houve uma poderosa associação entre os interesses da antiga aristocracia com a burguesia ascendente, bem como uma profunda complementaridade – precedida de um momento de competição extremada – entre o grande capital financeiro e os pequenos capitais³⁷, constituindo uma nova “classe dominante”, com uma visão de mundo imperialista. Devemos anotar,

³⁶ Nos parece extremamente pertinente a discussão sobre as formas contemporâneas de solidarização dos interesses das classes trabalhadoras à valorização do capital financeiro por meio de substituições de formas salariais por outras fontes de renda, bem como sobre a importância cada vez maior de fundos de previdência, PLR etc. Pretendemos trabalhar esse tema – o da dupla exploração (salarial e “financeirizada”) da classe trabalhadora – em outros trabalhos.

³⁷ Aqui é importante lembrar que o capital é tanto maior quanto mais avançado for o seu processo de concentração e centralização, portanto quanto maior o seu poder de monopólio e sua condição de operar em vários tabuleiros. Portanto, o grande capital é já o capital financeiro: síntese entre as demais formas parciais do capital.

contudo, as considerações de Marx e Engels sobre uma certa peculiaridade das idéias das classes dominantes, vistas de uma perspectiva longa³⁸. Segundo estes autores,

(...) se na concepção do curso da história separarmos as idéias da classe dominante da própria classe dominante e as tornarmos autônomas, se permanecermos no plano da afirmação de que numa época dominaram estas ou aquelas idéias, sem nos preocuparmos com as condições da produção nem com os produtores daquelas idéias, se, portanto, desconsiderarmos os indivíduos e as condições mundiais que constituem o fundamento dessas idéias, então poderemos dizer, por exemplo, que durante o tempo em que a aristocracia dominou dominaram os conceitos de honra, fidelidade etc., enquanto durante o domínio da burguesia dominaram os conceitos de liberdade, igualdade etc. A própria classe dominante geralmente imagina isso. Essa concepção de história, comum a todos os historiadores principalmente desde o século XVIII, deparar-se-á necessariamente com o fenômeno de que **as idéias que dominam são cada vez mais abstratas, isto é, idéias que assumem cada vez mais a forma da universalidade** (...). [grifos nossos] [...] Realmente, toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso da forma ideal: é obrigada a dar às suas idéias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas (p. 48)

Portanto, não é de se espantar que a forma de hegemonia mais potente, a forma de hegemonia superior, seja exatamente aquela expressa pela forma mais “elevada” e “abstrata”, a forma mais “absurda” e “suprema” do capital, a **síntese das demais formas parciais**. Mesmo o linguajar da dialética não é fortuito. Hilferding chega a afirmar, em passagem decisiva do capítulo XIV, que

um hegeliano poderia dizer da negação da negação: o capital bancário foi a negação do capital usurário e é negado, por sua vez, pelo capital financeiro. O capital financeiro é a síntese do capital usurário e do capital bancário, e, como estes, ainda que em um grau infinitamente superior de desenvolvimento econômico, se apropria dos frutos da produção social. (p.255) 39

Esta síntese, por outro lado, se deve justamente pelo modo como se articulam as questões essenciais do capital financeiro. E aqui reside um último ponto que gostaríamos de ressaltar, que é exatamente a maneira pela qual encontra expressão essa “idéia” abstrata do poder da classe dominante em se apresentar como interesse geral que é exatamente sob a forma absurda do fetiche jurídico, por meio da “concretização de uma solidarização dos interesses da propriedade”, atestada pela forma de Estado específica do capitalismo. Com a constituição do capital financeiro enquanto nexos estrutural dominante, “a 'riqueza' não é mais diferenciada segundo suas fontes de rendimento e segundo sua origem no lucro ou no rendimento, mas aflui agora da participação em todas as porções em que se divide a mais-valia produzida pela classe operária” (p. 387), porque

no capital financeiro, se extingue o caráter específico do capital. O capital aparece como poder unitário que domina soberano o processo vital da sociedade, como poder que nasce diretamente da propriedade dos meios de produção, das riquezas naturais e de todo o

³⁸ Como a de Hilferding, que discute a hegemonia do mercantilismo absolutista, o livre-cambismo e o imperialismo

³⁹ Aqui consideramos que existe um debate essencial com as interpretações que procuram supostamente “salvar” Hilferding dos “excessos” de Lenin com relação ao caráter parasitário do capitalismo e da necessidade histórica do Imperialismo enquanto fase última da socialização da produção e concentração da propriedade que precede o capitalismo. Conforme o próprio Hilferding aponta, este capital financeiro “síntese” é o capital que, “em um grau infinitamente superior de desenvolvimento econômico”, “se apropria dos frutos da produção social”. Para a nossa interpretação, ainda que não possamos defender isso aqui de forma adequada, as teses de Hilferding são completamente coerentes com as interpretações leninistas tidas por “radicais” na medida em que atestam o parasitismo do capital sobre o metabolismo social total global, razão última pela qual este modo de produção deve ser extirpado. Novamente temos a ocasião de afirmar: independentemente das visões políticas do autor, a obra “O Capital Financeiro” apresenta idéias fundamentais para o pensamento revolucionário anticapitalista, conforme, segundo o biógrafo já citado, ficou claro mesmo para os seus contemporâneos.

trabalho passado acumulado, e a disposição do trabalho vivo aparece como diretamente nascida das relações de propriedade. Ao mesmo tempo, se apresenta a propriedade, concentrada e centralizada nas mãos de algumas grandes associações de capital, contraposta diretamente à enorme massa de despossuídos. A questão das relações de propriedade recebem assim sua expressão mais clara, inequívoca e aguda, ao passo que a questão da organização da economia social é solucionada cada vez melhor com o desenvolvimento do próprio capital financeiro (p. 265)

Mas como Marx percebe desde logo, uma das grandes dificuldades que precisamos enfrentar para o entendimento das relações capitalistas – que passa, *inclusive*, pela forma como as palavras escondem as relações que representam – é a compreensão dos mecanismos pelos quais se cruzam a “realidade” e a “ideologia burguesa” pela qual as pessoas se apercebem dessa “realidade”. Quanto ao que temos por objeto aqui, Marx escreve, em 1844, nos seus Manuscritos Econômicos e Filosóficos, que além de um pedaço de papel que garante determinada possibilidade de uso para determinada coisa, a propriedade privada *esconde* o trabalho expropriado e o capital acumulado, frutos da relação de produção capitalista. Por isso, quando conseguimos perceber a mesma relação social (de classe) por trás dessas três formas fetichizadas (*propriedade, trabalho e capital*), podemos perceber que “a relação da *propriedade privada* é trabalho, capital e a relação entre ambos”⁴⁰, porque “a *essência subjetiva* da propriedade privada, a *propriedade privada* enquanto atividade sendo para si, enquanto *sujeito*, enquanto *pessoa*, é o *trabalho*”⁴¹, e a “*propriedade privada* é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do *trabalho exteriorizado*, da relação externa (*äusserlichen*) do trabalhador com a natureza e consigo mesmo”⁴² e “resulta, portanto, por análise, do conceito de *trabalho exteriorizado*, isto é, de homem estranhado, de vida estranhada, de homem *estranhado*”⁴³. Ou seja, a propriedade capitalista deriva da exploração capitalista e é somente por meio das relações fetichizadas que vivemos cotidianamente (cujas manifestações mais aparentes foram exposta por juristas e economistas burgueses) que pensamos que a exploração do trabalho é um resultado da propriedade privada, como se a propriedade privada precedesse o trabalho. “Mas evidencia-se na análise desse conceito que, se a propriedade privada aparece como fundamento, como razão do trabalho exteriorizado, ela é antes uma consequência do mesmo”⁴⁴. Entretanto,

Mais tarde esta relação se transforma em relação recíproca [este grifo é nosso, os demais do autor]. Somente no derradeiro ponto de culminância do desenvolvimento da propriedade privada vem à tona novamente este seu mistério, qual seja: que é, por um lado, o *produto* do trabalho exteriorizado e, em segundo lugar, que é o *meio* através do qual o trabalho se exterioriza, a *realização desta exteriorização*⁴⁵

E aí, dessa situação segundo a qual a propriedade é consequência do trabalho exteriorizado para depois se transformar em causa de trabalho exteriorizado reside um mistério do modo burguês e fetichizado de pensar as relações sociais sob o capitalismo. Eis o “discreto charme do direito burguês”, segundo o Professor Márcio Naves, que se esforça por denunciar veementemente esse fetiche ao desmascarar a mentira da propriedade privada capitalista, porque, segundo demonstra, as relações produtivas capitalistas são “indiferentes a quaisquer medidas de natureza jurídica” e não

⁴⁰ *Manuscritos*, pág. 97.

⁴¹ *Manuscritos* pág. 99.

⁴² *Manuscritos* pág. 87.

⁴³ *Manuscritos* pág. 87.

⁴⁴ “(...) assim como também os deuses são, *originalmente*, não a causa, mas o efeito do erro do entendimento humano”, mesma obra, mesma página.

⁴⁵ *Manuscritos* págs. 87 e 88.

podem ser suprimidas ou alteradas radicalmente por meio de arranjos jurídicos. Portanto, reforça que não podemos substituir as categorias marxistas pelas *figuras do direito*, notadamente a figura da *propriedade*⁴⁶ – que é uma relação social por excelência justamente porque a dominação burguesa “se verifica *fora do campo de intervenção do direito burguês*, em um terreno que é, rigorosamente, *não-jurídico*”⁴⁷. Assim, não podemos cair no erro de nos enganarmos com a idéia ilusória de propriedade privada, mas – como o faz Hilferding, conforme procuramos demonstrar – entender as relações sociais que a fundamentam. O que interessa aqui é muito mais do que a *forma* em que aparecem os títulos de propriedade; é a “disponibilidade efetiva dos meios de produção”. É a capacidade de acumular riquezas infinitamente ao mesmo tempo em que se reproduzem as condições materiais objetivas que impedem que a classe trabalhadora acumule riquezas e constitua *capital*, passando, assim, de explorada a exploradora⁴⁸.

Ao que voltamos a um ponto absolutamente fundamental. Precisamos, para a compreensão do capitalismo desde os tempos de Hilferding até os nossos dias, de uma cuidadosa análise de como se apresentam as visões de mundo e as expressões fetichizadas das categorias científicas do pensamento burguês, mas também empreendermos a análise concreta das relações entre as classes, e entre as classes e o Estado, porque é o Estado a entidade responsável por plasmar por meio de suas políticas (jurídicas, econômicas, policiais *etc*) essa hegemonia para além das afinidades de interesses, mas, principalmente, na coerção das classes trabalhadoras, cuja solidariedade com os interesses do capital é ainda mais precária, e o uso da violência (jurídica, econômica, policial, *etc*) se faz cada vez mais necessário. Novamente nas palavras de Marx e Engels em *Ideologia Alemã*,

é precisamente dessa contradição do interesse particular com o interesse coletivo que o interesse coletivo assume, como Estado, uma forma autônoma, separada dos reais interesses singulares e gerais e, ao mesmo tempo, como comunidade ilusória, mas sempre fundada sobre a base real [*realen*] dos laços existentes em cada conglomerado familiar e tribal, tais como os laços de sangue, a linguagem, a divisão do trabalho em escala ampliada e demais interesses – e em especial (...) fundada sobre as classes já condicionadas pela divisão do trabalho, que se isolam em cada um desses aglomerados humanos e em meio aos quais há uma classe que domina todas as outras. Daí se segue que todas as lutas no interior do Estado, a luta entre democracia, aristocracia e monarquia, a luta pelo direito de voto *etc. etc.*, não são mais do que formas ilusórias – em geral, a forma ilusória da comunidade – nas quais são travadas as lutas reais entre as diferentes classes (...) É justamente porque os indivíduos buscam apenas seu interesse particular, que para eles não guarda conexão com seu interesse coletivo, que este último é imposto a eles como um interesse que lhes é ‘estranho’ e que deles ‘independe’, por sua vez, como um interesse ‘geral’ especial, peculiar [...] Por outro lado, a luta prática desses interesses particulares, que se contrapõem constantemente e de modo real aos interesses coletivos ou ilusoriamente coletivos, também torna necessária a ingerência e a contenção práticas por meio do ilusório interesse ‘geral’ como Estado.” [grifos de Marx] (p. 37)

4. Considerações finais

Observando retrospectivamente, à distância de um século da sua publicação, percebemos que *O Capital Financeiro* fez por merecer a fama instantânea que o colocou como dos livros mais importantes da história do marxismo. O que procuramos esboçar aqui são ideias que consideramos negligenciadas na bibliografia crítica que se dedicou à análise dessa obra. Do nosso ponto de vista, *O Capital Financeiro* não deve ser resumido a uma análise econômica de um período histórico específico, de uma região geográfica determinada. Mais do que isso, pensamos que pode contribuir

⁴⁶ “Stalinismo e Capitalismo”, págs. 57 e seguintes.

⁴⁷ Mesma obra, pág. 59.

⁴⁸ Turchetto, p. 30.

enormemente para a análise de uma série de características do desenvolvimento histórico do capitalismo ao longo dos séculos XIX, XX e XXI. Mas para tanto, precisamos ultrapassar o modo compartimentado e fetichizado das ciências burguesas em nome de um conhecimento mais fundamentado nas raízes do materialismo histórico. Quanto a este artigo específico, procuramos resgatar os elementos dinâmicos das classes sociais e a relação entre a constituição do capital financeiro e uma série de fenômenos que se desenvolveram a partir de então, dentre os quais procuramos abrir as possibilidades de entendimento da relação umbilical entre capital financeiro e Estados fortes – que ao longo do século XX e mesmo em nossos dias – tende a formas extremamente autoritárias. Nosso objetivo aqui é deixar aberta essa ampla pesquisa que continue a tarefa de Hilferding nessa negligenciada pista. Se o capital financeiro é o nexo estruturante da sociedade capitalista ao longo desse desenvolvimento histórico de expansão “em extensão e profundidade”, pensamos que a relação com os Estados totalitários e imperialistas é um ponto nevrálgico, que nos permite desnudar características essenciais do modo de produção capitalista. Porque, ainda mais nesse modo de produção em que a hegemonia social passa pela ideia de uma suposta autonomia do “econômico”,

poder econômico significa, ao mesmo tempo, poder político. O domínio da economia concede simultaneamente a disposição dos meios de poder do Estado. Quanto mais forte for a concentração na esfera econômica, tanto mais ilimitada será a dominação do Estado (Hilferding, p. 419)

Mas para encerramos com necessário otimismo que continua a nos motivar na luta anticapitalista, resgatemos o último parágrafo do O Capital Financeiro, em que Hilferding apresenta mais uma e derradeira síntese:

O capital financeiro em sua perfeição significa o grau mais elevado de poder econômico e político nas mãos das oligarquias capitalistas. Ao mesmo tempo, a ditadura dos dominadores capitalistas nacionais de um país faz com que a situação seja cada vez mais insustentável com respeito aos interesses capitalistas do outro, e a dominação do capital dentro do país é cada vez mais incompatível com os interesses dos explorados pelo capital financeiro, e também com as massas populares chamadas à luta. (Hp. 420)

Hilferding, em 1906-10, aponta que a superação dessa ditadura dos magnatas capitalista havia de se converter na “ditadura do proletariado”. Um século depois, ainda tentando assimilar as experiências, chinesa, cubana e tantas outras, nos parece que a tarefa do materialismo histórico deve ser a constituição de um pensamento ainda mais radical. A ditadura do proletariado é pouco. Precisamos voltar a pensar na emancipação.

5. Bibliografia.

- Franco, T. F. “*Imperialismo Capitalista em três atos: investigações sobre o capitalismo*”. Campinas, SP: Unicamp, 2011. [Dissertação de Mestrado].
- Galeano, E. “*Las vienas abiertas de America Latina*”. 23ªed. 5ª reimp. Buenos Aires: Catálogos, 2007 [1970].
- Hilferding, R. “*El Capital Financiero*”. Tradução para o espanhol – La Habana: Instituto Cubano del Libro, 1971[1910].
- _____; “State Capitalism or Totalitarian State Economy”. (<http://marxists.org/archive/hilferding/1940/statecapitalism.htm>), 1940.
- Kautsky, K. “*Ultra-Imperialism*”; (<http://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/ultra-imp.htm>), 1914.
- Lenin, V. I. “*O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*”. Tradução Leila Prado; São Paulo, Centauro, 5ª edição, 1916[2008].
- Luxemburg, R. “*Acumulação de Capital: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo*”. Vol I e II – São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- Marx, K.; “*El Capital: Crítica de la Economía Política*”. V. 1; Fondo de Cultura Economica – Mexico, 1867[1978].
- Marx, K.; Engels, F. “*A Ideologia Alemã*”. Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- _____; “*Manuscritos Econômico-filosóficos*”. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- Murua, G. “*Crítica ao debate sobre a teoria do capital financeiro de Hilferding*”. Anais: Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois, 2013.
- Naves, M.B. “*Stalinismo e capitalismo*”, em NAVES, M.B. (org.), *Análise Marxista e Sociedade de Transição*. Campinas, Unicamp, IFCH, 2005 (Coleção Idéias 5).
- Perelman, M. “*The Invention of Capitalism: Classical Political Economy and the secret of primitive accumulation*”. North Carolina: Duke University Press, 2000.
- Smaldone, W. “*Rudolf Hilferding: the tragedy of a German Social Democrat*”. Northern Illinois: Northern Illinois University Press, 1998.
- Tosta, J.G. E Franco, T.F. “*A Acumulação Primitiva no “Novo” Imperialismo – algumas contribuições de Michael Perelman e David Harvey*”. Anais: 6º Colóquio Internacional Marx e Engels, 2009.
- Turchetto, M. “*As características específicas da transição ao comunismo*”, em NAVES, M.B. (org.), *Análise Marxista e Sociedade de Transição*. Campinas, Unicamp, IFCH, 2005 (Coleção Idéias 5).
- Wood, E. M “*Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*”. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo editorial, 2003 [1995].